

**Os Discursos de Desenvolvimento e seus impactos nos Projetos de
Integração Regional Latino-americano.**

Andréa Ribeiro

deasribeiro@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

**Eixo Temático: Política Internacional, Relações Internacionais, Política
Externa e Integração Regional**

Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019.

Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, la Asociación Mexicana de Ciencia Política y el Tecnológico de Monterrey, 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto 2019

Os Discursos de Desenvolvimento e seus impactos nos Projetos de Integração Regional Latino-americano.

Ao falarmos de integração regional e/ou sub-regional um outro conceito aparece em paralelo: Desenvolvimento. Falar de integração sugere de imediato uma discussão a respeito do modelo de desenvolvimento, pois o tipo de desenvolvimento definirá como o país irá se inserir no comércio internacional e as bases do tipo de integração que adotará. Ao mesmo tempo esses dois conceitos aparecem na maioria das discussões de economia externa envolta de nuances que lhes encobrem o processo histórico e político no qual foram concebidos e executados. Parecem ainda não terem qualquer tipo de relação um com o outro. Este trabalho pretende analisar como, nos diferentes momentos históricos, os diferentes discursos de desenvolvimento impactaram nas propostas de integração regional para a América Latina, buscando assim compreender a relação existente entre as propostas de desenvolvimento para a região latino-americana e as propostas de integração regional derivadas daquelas. Para tanto, fará uma breve análise do discurso ortodoxo do desenvolvimento, contextualizando-o historicamente, assim como de sua vertente regional para a América Latina, neste caso tendo como pano de fundo a visão da Comissão Econômica para a América Latina, trazendo as propostas de integração regional que têm por base essa visão ortodoxa. Por fim, trará as abordagens críticas ao discurso do desenvolvimento - a exemplo da Teoria Marxista da Dependência - e a sua relação com propostas contra hegemônicas de integração regional.

Palavras Chaves: Desenvolvimento. Dependência. Integração. Integração regional pós-liberal estratégica. Teoria Marxista da Dependência

Introdução

A proposta deste artigo é analisar a relação existente entre as linhas de desenvolvimento dos Estados na América Latina e sua influência sobre os projetos de integração na região. Primeiramente apresentamos uma breve análise do discurso ortodoxo do Desenvolvimento, contextualizando-o historicamente, assim como de sua vertente regional para a América Latina, neste caso tendo como pano de fundo a visão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nesta breve contextualização, buscamos relacionar os posicionamentos das políticas de desenvolvimento com as propostas de integração regional na América Latina, procurando mostrar

como essas propostas sofrem influência do cenário internacional. Em um segundo momento trazemos algumas críticas à abordagem da CEPAL, nos concentrando na Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Por fim, trazemos uma breve análise do período mais recente da América Latina, especificamente final dos anos 1990, onde se constituiu um contexto político propício para mudanças na concepção de projetos de integração - crise do neoliberalismo e sua contestação em âmbito internacional, vanguarda dos movimentos sociais e populares propondo outras formas de desenvolvimentos e de integração regional, ascensão de governos progressistas. Esses novos governos, eleitos por votos populares, consolidaram um novo mapa político na região que, longe de ser homogêneo, implementaram políticas-sociais e, no caso da Venezuela e Bolívia, também econômicas, diferenciadas do período anterior. Essas propostas de desenvolvimento impactaram as concepções de integração regional, possibilitando a construção de propostas alternativas à concepção hegemônica pelos EUA na região. Neste processo surge uma nova concepção de integração, conceituada por regionalismo pós-liberal ou regionalismo estratégico, na qual ocorre um afastamento da conotação puramente comercial e econômica de integração regional trazendo consigo o conceito de soberania que passa a ser basilar para a elaboração das políticas, dos programas e das ações econômicas.

A análise foi realizada com base em revisão de literatura sobre os temas, aproveitando partes do trabalho de final do curso de Especialização em Relações Internacionais¹ e da Monografia da Graduação em Ciência Política², apresentados pela autora. Parte deste trabalho também é fruto das discussões do Grupo de Estudo e Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-Hegemonia³.

A questão do Desenvolvimento

A proposta deste trabalho parte do suposto de que o discurso de desenvolvimento, enquanto sinônimo de progresso e modernidade, encontra-se presente nas relações de poder estabelecidas na história da humanidade. Desse norte, o discurso do desenvolvimento, foi usado para justificar a subordinação/dominação de um povo por outros, fazendo-se presente na oposição ao tradicional/

¹ Impressões Iniciais - Projetos de Integração Regional em Curso na América Latina: Estudo dos documentos principais da ALBA, UNASUL e das resoluções da Cúpula dos Povos. Orientadora Dra. Maria Tereza Franco Ribeiro.

² Complementariedade, cooperação e Soberania: Um estudo comparativo da ALBA e da UNASUL. Orientadora Dra. Maria Salete Amorim.

³ Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-Hegemonia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, coordenado pelo professor Dr. Jorge Almeida.

atrasado/ arcaico/ selvagem – onde a existência ou negação de um conduz necessariamente à negação ou existência do outro. Nos contextos delineadores dos processos de invasão e colonização das terras da América Latina, percebe-se fortemente essa dualidade da ideia de desenvolvimento levada a cabo pelo imperialismo europeu. Onde, através do discurso do desenvolvimento (civilizar através da difusão da cultura e da fé Ocidental), se formulou as justificativas para a invasão e exploração colonial e neocolonial, para tanto utilizou-se a força, as leis e as chamadas missões humanitárias. Civilizar aparecia em contraposição ao selvagem que precisava ser “dominado”, “domado” e “catequizado” segundo as normas da sociedade moderna Ocidental. Esse discurso na prática resultou no processo de expropriação da terra, dos metais, de matérias-primas dos povos originários, assim como na dominação e extermínio de muitos desses povos e de suas culturas.

O discurso de desenvolvimento enquanto condição oposta a uma situação de subdesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez pelo representante da Secretaria da Oficina Internacional do Trabalho, Wilfred Benson, no ano de 1942, para fazer referência à existência de áreas subdesenvolvidas.

É no pós-Segunda Guerra Mundial que o termo desenvolvimento ganha forte impulso, inclusive acadêmico, se estabelecendo em nível mundial como padrão de referência da concepção Ocidental de organização econômica, política, social e cultural em contraposição ao mundo “subdesenvolvido”. Foi Harry Truman, em seu discurso de posse à Presidência dos EUA, em 20 de janeiro de 1949, que expôs essa visão (TRUMAN, 1964 apud ESCOBAR, 1998). Assim, utilizando a concepção "do trato justo e democrático" Truman fará um "chamado aos EUA e ao mundo para resolver os problemas das 'áreas subdesenvolvidas'" (ESCOBAR, 1998). As ideias propostas no discurso do mundo desenvolvido em contraposição ao mundo subdesenvolvido podem ser sintetizadas no alcance generalizado da ideia de prosperidade material e do progresso econômico. Estas seriam alcançadas com a adequação dos países ditos subdesenvolvidos aos valores políticos, sociais, econômicos e culturais ocidentais, particularmente ao modelo de organização econômica e política – Capitalismo/Liberalismo e Democracia. Ressaltando que esse momento foi caracterizado por um processo de descolonização e da recém-criada Guerra-Fria. Nesta perspectiva Estados motivados pelo desejo de liberdade e por ideais nacionalistas foram abarcados ou pela política exterior soviética ou pela política exterior americana, numa nítida disputa de espaço entre as duas principais potências. Este processo configurou um novo cenário internacional, onde a democracia aparecia como carro-chefe importante em um momento histórico

onde se consolidava a Guerra-Fria e os EUA como o defensor das liberdades individuais e econômicas e do desenvolvimento.

Assim, com o fim da II Guerra Mundial [derrota do nazi-fascismo, EUA se consolidando como potência capitalista mundial, tendo por contraponto “comunista” a URSS, o mundo passando a viver à sombra da chamada Guerra Fria dessas duas potências mundiais, a consolidação do Welfare State nos países industrializados], estabeleceu-se uma Nova Ordem Mundial - cuja base desponta da Conferência de Bretton Woods (1944).

O Welfare State representou a necessidade de legitimação do Estado e da acumulação capitalista. Visando a legitimação do Estado capitalista, desenvolveu-se uma política voltada para a promoção da harmonia social, ampliação dos direitos sociais, mais especificamente políticas assistenciais universalistas gestadas em uma estrutura política democrático-liberal, não significando, pois, a ruptura com os direitos civis, políticos e sociais, já constituídos, sendo inclusive fruto do desenvolvimento político reivindicatório da classe operária (BOBBIO, 2003).

Quanto à necessidade de acumulação do capital, esta foi alcançada através de duas políticas díspares, uma voltada para as questões internas do Estado e outra voltada para as ações externas. A política doméstica se materializou através da centralização das decisões no Executivo e do fortalecimento do Estado [o Estado toma o lugar da iniciativa privada, passando a promover a industrialização pesada e a regular a economia em maior ou menor grau, conforme o país]. Essa política interna em seu conjunto [harmonização capital-trabalho mais o fortalecimento do Estado] propiciou a este período o reconhecido como “Os Anos de Ouro” em que os países industrializados alcançaram altos níveis de desenvolvimento nos processos produtivos, políticas sociais compensatórias e o aumento da renda da população.

Porém, se a política econômica interna dos países industrializados tinha por base uma ação protecionista, contraditoriamente nas relações estabelecidas entre os Estados se fortaleceu o discurso da necessidade de reconstrução do sistema multilateral de comércio. Assim, neste período, nas relações internacionais estabelecidas entre os Estados, particularmente entre os Estados centrais e os da periferia, consolidou-se a concepção neoliberal de pensar a prática das relações internacionais, o que caminhava, por sua vez, junto à necessidade de acumulação do capital em escala mundial. Neste contexto, se desenvolveu e se consolidou a ideia do desenvolvimento enquanto etapa fruto da ação política que devia ser alcançada por todos os países. E, se caso um país não conseguisse alcançar o desenvolvimento, com políticas internas, caberia ações políticas e

militares de fora para dentro, ou seja, ações intervencionistas, para garantir o desenvolvimento nos chamados países “subdesenvolvidos”. Interessante citar que, se por um lado os EUA e demais países capitalistas com alto grau de industrialização mantinham um discurso em relação à política internacional de defesa de abertura econômica e de defesa do multilateralismo comercial, por outro lado, desde esse período, percebe-se uma forte prática protecionista em relação à sua política interna [garantias sociais] assim como de defesa dos setores que lhes são mais importantes, a exemplo dos setores agrícola e têxtil.

A América Latina após a Segunda Guerra Mundial

Se nos países de capitalismo avançado, após a Segunda Guerra Mundial se constituiu um Estado de bem-estar social – *Welfare State* -, na América Latina, onde a industrialização iniciava o seu desenvolvimento, não se observou esse fenômeno. Na região latino-americana as políticas sociais, que tiveram caráter de proteção social, surgiram dentro de um quadro de ditadura e/ou de governos nacionalistas – no Brasil o Estado Novo (30-45), na Argentina o Governo Peronista (45-55), no México o Cardenismo (34-40), na Bolívia o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) (52-64), no Peru governo do general Velasco Alvarado (a partir de 68) (IANNI, 1988).

Esse contexto latino-americano foi caracterizado pela centralização do poder no executivo, que desenvolveu políticas sociais importantes para o desenvolvimento de um proletariado industrial. Essas políticas sociais, que se destacaram pelas garantias trabalhistas, tiveram caráter compensatório, mas não de forma universalista, regularam a venda da força de trabalho, promovendo a harmonia entre capital e trabalho, buscando garantir, com a intensificação do fim do regime oligárquico, um capitalismo nacional competitivo que, nesta fase de construção, recebeu fortemente o financiamento do Estado, haja vista a incapacidade do capital privado em suprir as exigências da nova configuração política e econômica, cabendo, pois, ao poder público federal criar as bases econômicas e políticas para o estabelecimento do sistema capitalista industrializado, como no caso brasileiro (IANNI, 1996). Os contornos destas mudanças intervencionistas surgiram, tais como nos países industrializados, a partir da Crise de 29.

No contexto desse período - depressão restringindo o comércio mundial, início da industrialização e urbanização dos Estados do Cone-Sul - houve um aumento significativo do consumo, o que, por sua vez, fortaleceu o desenvolvimento da produção interna, agrícola e

industrial, a fim de satisfazer as necessidades e expectativas dos novos setores urbanos – iniciando assim o processo de substituição de importação (TAVARES, 1977).

Com o fim da IIGM, a reorganização das relações políticas e econômicas mundiais, estabeleceu-se o reordenamento no processo de acumulação de capital em escala mundial, o enfoque passa a ser a reconstrução dos países destruídos pela Guerra, neste sentido, particularmente os EUA, desenvolveram diversos programas de doação internacional voltados para os países europeus e, nos anos 60, para o Japão.

Esse primeiro momento do regionalismo pós-IIGM é caracterizado nos PD's (Países Desenvolvidos) pelo “Tratado de Roma e a Associação Europeia para o Livre Comércio, os quais mais tarde consolidariam a União Europeia” na Europa (PINTO, 2006). Na América Latina é caracterizado pela forte influência das propostas da CEPAL que podem ser cristalizadas na formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC) em 1960.

Os países latino-americanos expuseram, nas conferências interamericanas de Petrópolis e de Bogotá (1947-1948), a expectativa de ser estabelecida na região o desenvolvimento de uma mesma política de incentivo, igual à que estava sendo destinada aos Países da Europa, mas “os EUA recomendam a abertura desses países ao investimento estrangeiro privado” (ALMEIDA e CHALOULT, 1999).

A criação da CEPAL se insere nesse contexto de medidas buscando a “recuperação das forças produtivas da Europa e Ásia” (SILVA NETO, 2008); a luta dos países latino-americanos por obtenção de recursos financeiros; a Guerra-Fria, onde os EUA buscavam métodos para aumentar a sua influência econômica, militar, política e ideológica nas nações recém independentes e “subdesenvolvidas”; a progressiva integração comercial e econômica da Europa (SILVA NETO, 2008); a perda de espaço dos “produtos dos países periféricos no comércio internacional” (SILVA NETO, 2008), assim como do capital acumulado durante a IIGM.

Desenvolvimento e Integração na visão da CEPAL

A visão da CEPAL de desenvolvimento se construiu enfatizando o estudo nas estruturas produtivas e nas instituições latino americanas. A CEPAL, de acordo com seu método histórico-estruturalista, afirmará que a construção histórico-econômica dos países periféricos latino-americanos desenvolveu uma realidade diferente da realidade dos países centrais. Logo, o desenvolvimento econômico típico dos países centrais não poderia ser transposto para a realidade latino-americana, porque esta tinha especificidades, herdadas do período colonial, que colocavam

os países periféricos em situação de inferioridade em relação aos países centrais. Essa situação de inferioridade, herdada do período colonial, é relacionada pela CEPAL à característica central das economias latino-americanas de terem se especializado em produtoras de alimentos e matérias-primas e importadores de produtos manufaturados dos países centrais. Essa realidade na divisão internacional da economia impõe aos países periféricos uma situação de vulnerabilidade externa, característica da sua inserção internacional, em decorrência da sua posição de dependência estrutural em relação aos países centrais.

A crítica à visão que coloca o desenvolvimento econômico típico dos países industrializados como um processo universal encontra-se, por exemplo, em intelectuais como Furtado (1974) que critica o “mito do progresso”, o qual é o “elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.”

Desse norte, através da crítica à forma de inserção da economia latino-americana, que se especializou na produção e exportação para os países centrais de matérias primas e alimentos, apresenta a crítica à teoria das vantagens comparativas quando desenvolve a tese de deterioração dos termos de trocas, na qual partindo das concepções opostas de Centro (países com alto desenvolvimento industrial com os países da Europa mais os EUA) e Periferia (países com baixo grau de industrialização, caracterizado por uma estrutura econômica produtora de matérias primas e alimentos que são exportados para os países centrais e importadores de produtos manufaturados, como por exemplo, os países da América Latina) procura demonstrar uma relação de desenvolvimento desigual em que os países periféricos passam a depender de suas exportações de bens primários para os países centrais.

O processo de deterioração dos termos de trocas conduz a uma situação de perda do poder de compra dos produtos industrializados pelas economias produtoras de bens primários, esse fato se daria devido a tendência progressiva à diminuição do preço dos produtos primários e aumento crescente dos preços dos produtos industrializados (BIELCHOWSKY, 1998; 2000). Outro fator que pode ser citado como elemento causador da deterioração dos preços dos bens primários é a tendência, observada desde esse período, de proteção por parte das economias centrais do seu mercado em áreas específicas, como o caso do setor agrícola e têxtil, e que tendia e tende a se fortalecer em momentos de crises.

A questão do investimento em tecnologia também é avaliada pela CEPAL como característica das economias centrais devido ao acúmulo histórico de capital, o que possibilita uma

maior capacidade de investir em tecnologias que permitem a produção de produtos que tem demandas e preços crescentes no mercado internacional como um todo e nas regiões periféricas particularmente (BIELCHOWSKY, 1998, 2000).

Como forma de superar essa situação de dependência estrutural, a CEPAL, propõe com grande ênfase a industrialização da América Latina - através da Substituição de Importações - e a exportação. Importante ressaltar que nesta fase a CEPAL, caminhando em sintonia com as políticas keynesianas dos países centrais, enfatiza o papel central do Estado tanto no planejamento quanto na execução das políticas de industrialização.

Partindo dessa necessidade de desenvolver o processo de industrialização, entendendo que este apenas poderia ser de fato promovido com a ampla participação do setor estatal e também argumentando sobre a importância para as economias centrais do processo de industrialização das regiões periféricas, a CEPAL, passa a defender nos anos 60 “a necessidade de implementação de políticas de estímulo e diversificação das exportações” (BIELCHOWSKY, 2000).

Desse modo, partindo da necessidade de fortalecer as exportações, a CEPAL, desenvolve seu argumento a favor da Integração Regional latino-americana. É justamente a partir deste argumento que se percebe a relação entre as proposições dos organismos multilaterais de comércio e a CEPAL. Onde a política de substituição de importação seria um caminho a ser trilhado visando a integração da economia dos países da América Latina ao comércio internacional de manufaturas, por considerar necessária uma maior participação da região no comércio internacional (BRAGA, 2002; 2008).

Braga (2002) afirma que um estudo mais aprofundado das análises da CEPAL demonstrará que suas ideias não são tão protecionistas quanto à princípio parecem ser e que a substituição de importações teria um caráter transitório visando o desenvolvimento de “uma estrutura produtiva mais eficiente de forma a permitir um melhor posicionamento das economias latino-americanas no comércio internacional” (BRAGA, 2002).

Outro ponto levantado por Braga (2002) diz respeito à defesa que a CEPAL faz das “vantagens da especialização” o que não se afasta das ideias de vantagens comparativas de David Ricardo – na visão da CEPAL cada país deveria se especializar na produção que considerasse mais conveniente, recorrendo à importação de produtos vindos de outros países da América Latina sempre que suas necessidades, por produtos industrializados, não fossem satisfeitas por produtos originários de outras partes do mundo. (BRAGA, 2002)

A teoria das vantagens comparativas de Ricardo tem forte teor contra as medidas protecionistas e a favor da liberalização do comércio internacional, a qual é identificada como fonte de benefício para todos os participantes mesmo os que tivessem vantagens absolutas na produção de todos os produtos que consome. De acordo com a teoria das vantagens comparativas os países tendem a se especializar na produção e exportação dos produtos em que têm um custo comparativo menor em relação a outros produtos, os quais importam, pois, o custo de importação será menor que o custo de produção (BADO, 2004, OLIVEIRA, 2007).

A integração regional, de acordo com Braga (2002), teria papel importante no processo de substituição de importações, pois garantiria o “aproveitamento de vantagens comparativas e os ganhos de escala com a ampliação do mercado a nível regional” (BRAGA; 2002).

Logo, a integração econômica, na visão da CEPAL, aumentaria o intercâmbio entre os países dos blocos, assim como diminuiria os riscos de vulnerabilidade econômica desses países, pois estes teriam aumentadas as suas possibilidades de exportação com países fora da região e o poder de barganha nas negociações nos organismos multilaterais de comércio, visando diminuição de tarifas e outros benefícios (BRAGA, 2009). Em resumo, a integração regional proposta pela CEPAL estava afinada com a linha de desenvolvimento liberalizante do GATT, porém antes os países latino-americanos necessitavam passar por um processo de industrialização afim de superar a dinâmica centro-periferia.

Os seguintes projetos de integração são expressões desta fase: a Aliança Latino-americana para o Comércio – ALALC - (1960), esta transformada em Associação Latino-Americana de Integração – ALADI – (1980), o Mercado Comum Centro-Americano – MCCA - (1960), a Zona de Comercio Livre dos Países do Caribe (1966), o Grupo Andino (1969), a Comunidade do Caribe – CARICOM - (1973).

O Regionalismo Aberto da Cepal

Segundo Ianni (1998), desde que o modo de vida Ocidental passou a predominar no mundo “a ideia de modernização passou a ser o emblema do desenvolvimento, crescimento, evolução ou progresso”, desta forma o autor dirá que

A tese de modernização do mundo sempre leva consigo a tese de sua ocidentalização, compreendendo principalmente os padrões, valores e instituições predominantes na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (IANNI, 1998).

Assim a ideia de modernização que ganhou o mundo difundiu a política neoliberal (que foi hegemônica no final do século XX) e estabelecendo-a como o estágio superior ao qual todos os

Estados deveriam aderir. Para tanto, contou com o apoio, o incentivo, a orientação ou indução das instituições multilaterais, das empresas, corporações e conglomerados transnacionais.

O primeiro país a colocar em prática as propostas neoliberais foi o Chile, durante a ditadura militar, nos anos 70. Após o Chile, coube à Inglaterra através da sua “*dama de ferro*”, Magareth Thatcher (1979), implementar as propostas neoliberais; a partir daí os países de capitalismo avançado aderem à política neoliberal. Nos EUA a política neoliberal é implementada por Reagan (1980), na Alemanha em 1982 por Kohl, na Dinamarca (1983) por Schluter, na Espanha em 1982 por Felipe Gozalez (ANDERSON, 1996), “*jovem carismático e brilhante líder, socialista europeu*” (FIORI, 1996).

A política neoliberal iniciou a sua hegemonização na América Latina no final da década de 80 através do ‘Consenso de Washington’ que consistia, de acordo com Fiori (1996), em três planos de reformas estruturais que os Estados deveriam fazer: 1) plano macroeconômico: estabilização monetária e política fiscal; 2) plano microeconômico: abertura comercial - desregulamentação do mercado; 3) desmonte do modelo de importação de industrialização por substituição de importações (FIORI, 1996).

A década de 80 marca assim o segundo momento de execução das políticas neoliberais no continente latino-americano. Esse momento coincide com o processo de transição democrática que ocorria em vários países da região. Os novos governos eleitos se legitimaram e se consolidaram enquanto governos civis comprometidos com a política econômica neoliberal, onde a esquerda acabou marginalizada do processo, além de reforçar-se o discurso, estimulado pela mídia, que o neoliberalismo era a única via política capaz de possibilitar um resultado mundial satisfatório. Esse discurso se hegemonizou e conseguiu chegar, até mesmo, aos partidos de esquerda que, sem conseguirem pensar nem se articularem para uma alternativa além das estruturas do capitalismo, o incorporaram aos seus programas de disputa de governo.

Também na década de 80, com a mudança no cenário internacional, passa a ocorrer um maior fluxo do comércio mundial. Com o questionamento da intervenção dos Estados na economia, o desenvolvimento incorpora o discurso da não intervenção estatal e passa a ser pensado pela via do mercado. Para os países “subdesenvolvidos” o desenvolvimento se transforma em sinônimo de desregulamentação estatal, privatizações, abertura econômica para promoção dos intercâmbios comerciais, diminuição de tarifas, etc.

Tendo em vista o aumento constante da globalização e dos limites demonstrados pela

política de industrialização pela via da substituição de importação, os governos da região partem para uma maior inserção na economia internacional (CEPAL, 2000), a resposta encontrada foi o fortalecimento da integração regional.

Esse cenário da década de 80 propicia o aparecimento do chamado “novo regionalismo” que na Europa é caracterizado, pela “assinatura do Tratado de Maastricht em 1991 o qual propiciaria a formação da União Monetária em 1999” (PINTO, 2006). Já na América do Norte, é caracterizado por acordos bilaterais, encabeçados pelos EUA, e, pelo Acordo de Livre comércio da América do Norte (NAFTA) – essa é outra característica desse “novo” regionalismo, a busca pela formação de “acordos hemisféricos” através dos Tratados de Livre Comércio (TLC) (PINTO, 2006). Na América Latina esse “novo regionalismo” foi apresentado pela CEPAL como “Regionalismo Aberto” (PINTO, 2006; CEPAL, 2000a).

Esse “novo” regionalismo tem uma relação intrínseca com o sistema multilateral de comércio, sobretudo quando analisado enquanto espaço ou meio pelo qual tanto os PD's quanto os PED's (Países em Desenvolvimento) o utilizam para a defesa dos interesses que não conseguem estabelecer através da OMC e/ou para se fortalecerem no comércio multilateral. Neste sentido a dificuldade de regulamentar algumas questões na OMC também tem gerado uma proliferação de acordos regionais, onde busca-se regular pela via regional o que não se pode pelo multilateralismo. A tentativa da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), e o Parceria Trans-Pacífica (TPP), também são expressões desse “novo” regionalismo.

A proposta de integração defendida pela CEPAL a partir do final da década de 80 tem forte teor no processo de liberalização da economia inter-regional, aumento do intercâmbio entre blocos regionais, na diminuição das barreiras tarifárias com países de fora do bloco (GUTIERREZ, 2000), no fortalecimento do “processo de especialização interindustrial” e no favorecimento de acordos setoriais flexíveis e abertos, o que em linhas gerais significa trazer para a dinâmica dos acordos de regionalização normas referentes a produtos, serviços, regulamentação trabalhista, propriedade intelectual e meio-ambiente – não se distanciando como pode se ver das propostas defendidas na Rodada Urugui e que estão sendo aprofundadas na Rodada Doha.

Essa proposta de regionalismo, chamada no documento coordenado por Gert Rosenthal de Regionalismo Aberto, é apresentada enquanto “processo que surge ao serem conciliados” os fenômenos de maior interdependência criada pelos acordos preferenciais de comércio e o forte

processo de liberalização do comércio interno ao mercado externo (CEPAL, 2000a).

Rosenthal afirma que se busca com esse regionalismo é a compatibilização das políticas de integração com as políticas destinadas a aumentar “a competitividade internacional” (CEPAL, 2000a).

Na primeira década do século XXI, Bielchowsky (2009), analisando os sessenta anos da CEPAL, procura demonstrar que entre continuidades e descontinuidades, a CEPAL, manteve “os fundamentos da análise estruturalista do subdesenvolvimento na América Latina e no Caribe” (BIELCHOWSKY, 2009), passando por um processo de renovação do pensamento que o conduziu para o neoestruturalismo que passou a abarcar, sem prejuízo das formulações iniciais, novos temas.

Carcanholo (2006), em contraposição a Bielchowsky, argumenta que essa “Nova CEPAL”, apesar de manter alguns posicionamentos da sua origem, caminha em sintonia com as propostas neoliberais e deixou de ser uma alternativa para a região. Segundo o autor a “Nova CEPAL” defende uma reforma das reformas neoliberais, “apostando em um gerenciamento eficaz dessas reformas”. Carcanholo (2006) elenca ainda as seguintes modificações na concepção de CEPAL: a) o desenvolvimento passa a ter uma forte relação com o mercado; b) a abertura do mercado financeiro e comercial como forma de garantir a competitividade.

Silva Neto (2008), porém, argumenta que existe desde a fundação da CEPAL uma relação estreita entre suas propostas “e a orientação tácita generalizada de desenvolvimento econômico humanista, fornecida pela ONU” (SILVA NETO, 2008). O autor afirma ainda que uma característica importante da CEPAL é a visão equivocada de conceber o Estado como uma entidade neutra “uma força isolada e descolada de vinculação com a própria burguesia”, (SILVA NETO, 2008), negando assim o caráter de classe vinculado aos interesses da classe dominante.

A Teoria Marxista da Dependência

O contexto de surgimento da TMD estar relacionado à disputa ideológica dos intelectuais desta corrente com o posicionado dos partidos comunistas, com a CEPAL, o foquismo e a Escola da dependência. No diálogo com a CEPAL, a TMD se posiciona contrária à ideia de superação da dependência via industrialização capitalista e melhor inserção no comércio internacional.

Neste artigo trazemos as concepções de Rui Mauro Marine, fazendo referência a algumas categorias por ele trabalhadas, especificamente de integração regional, trabalhadas por Marini, na década de 90.

A América Latina, para Marine (1973), “se desenvolve em estreita consonância com a

dinâmica do capitalismo internacional”, inicialmente fornecendo às metrópoles “metais preciosos e gêneros exóticos”. Posteriormente, com a independência política de algumas colônias, esses novos países passam a manter uma relação estreita com a Inglaterra, principal potência da época, “produzindo e exportando bens primários” e importando produtos manufaturados, com custos superiores aos exportados. A América Latina se insere assim na divisão internacional do trabalho de forma subordinada, definindo a sua situação de dependência, onde a superação da situação de dependência “supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”.

Marini conceitua (1973) a dependência como uma relação subordinada, entre Estados independentes politicamente, onde “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da sua dependência”, o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos encontra-se, assim, atrelado ao desenvolvimento das nações centrais do capitalismo avançado. Mas é um desenvolvimento que não permite a superação da sua condição de dependência, tendo em vista sua função dentro da Divisão Internacional do Trabalho, a qual consiste em abastecer os países centrais de alimentos (para garantir a reprodução da força de trabalho dentro dos países centrais), de matérias-primas e bens manufaturados de baixo valor agregado (para a produção de seus produtos manufaturados de alto valor agregado). Ao passo que internamente, nos países dependentes, a relação do seu empresariado com o lucro se dá através do aumento da superexploração do trabalhador local e da venda de suas mercadorias para o exterior (MARINI, 1973).

Marini (1992), tratando da integração hispano-americanista, dirá que é nesta estrutura produtiva dependente, herança do período colonial, que se dá a inserção internacional dos países latino-americanos. Essa inserção, sem mudar as bases dessa estrutura produtiva dependente, acarretou “a impossibilidade de integração das economias latino-americanas entre elas mesmas” (MARINI, 1992), promovendo não a complementação entre as economias dos países latinos, mas o contrário, a sua “separação” e o seu “isolamento, colocando-as umas de costas para as outras” (MARINI, 1992).

Quando escreve seu livro “América Latina: Dependência e Integração”, Marini, tem por exemplo de iniciativa concreta de integração - que excluía os EUA - na região o Mercosul. Marini, faz um diálogo contestador às políticas neoliberais da década de 90 e à proposta do Mercosul, ele dirá que “a busca da integração à nova economia mundial é um caminho que não pode deixar de ser seguido”. Porém, ressalta que essa integração supõe a reunião de “condições favoráveis para os

países da região” (MARINI, 1992). Dessa forma, dirá que a integração latino-americana, “como condição prévia à integração na economia mundial é, sem dúvida, um instrumento fundamental para isso”. Mas, argumenta que esse processo necessita perder a exclusividade “dos governos e da burguesia” e ter uma maior participação e controle das movimentos populares e sindicais, deixando de lado seu caráter meramente mercadológico “para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana” atendendo às demandas “dos operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latino-americanos” organizados em instâncias que permitam uniformizar as demandas e coordenar as reivindicações, participarem ativamente da construção das legislações sobre o trabalho, a política educacional, os programas e busquem a “inclusão de representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração” (MARINI, 1992) .

Defende revisar a reforma do Estado que estava colocada, neste ponto Marini, argumenta que o Estado deve assumir o papel de conduzir o desenvolvimento na região, porém orientado a “coibir a cupidez dos grupos transacionais”, garantir “uma participação popular significativa no plano da produção e da distribuição de bens” redirecionar o gasto público para políticas sociais, priorizando a educação (MARINI, 1992)

Marini expõe a forma como a América Latina deve conceber a sua integração regional: resistir às pressões por isolamento e anexação do continente aos países imperialistas;

“(…) promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. (...) a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição de renda. ”

Porém, ressalta que essa proposta não pode ser alcançada se vier a se valer apenas da integração econômica, ela necessita também da integração política, significando a formação de “um Estado supra-nacional” (MARINI, 1992).

América Latina - Fora da Nova Ordem Mundial

Em 1993, sem conseguir superar a recessão, herança da crise dos anos 70, o capitalismo entra em uma nova crise, já na segunda metade da década de 90, a crise se aprofunda diante a estagnação da economia.

Essa crise marca o início do fim do discurso único. As críticas às políticas neoliberais ganharam espaço na mídia a partir da segunda metade dos anos 90. Dentre as críticas à política neoliberal enfatizamos a negação do argumento de defesa do estado mínimo e desregulamentação

da economia defendido pelos liberais e retomado pelos neoliberais. Essas críticas se desenvolvem partindo da constatação de que não existe um Estado mínimo e sim um reordenamento das funções do Estado. A reforma do Estado proposto pelos neoliberais passa a compreendida como um meio para garantir o fim das barreiras comerciais, promover o fluxo comercial sem qualquer restrição, flexibilizar as relações sociais de trabalho, garantir a transferência para o mercado dos ativos das mãos dos Estados, através das privatizações. Essas medidas tinham por objetivo promover o lucro das empresas transacionais, aumentar a poder econômico dos países com maior grau de desenvolvimento tecnológico em relação aos países com menor grau de desenvolvimento tecnológico e dentro destes o aumento da concentração de renda e dos conflitos sociais (IANNI, 1999; SINGER, 1998; BELUZZO, 1998; ANDERSON, 1996).

Na América Latina, a crise não apenas mostrou os desajustes socioeconômicos e os limites que os ajustes estruturais neoliberais na prática significavam. Mas, acima de tudo, o fortalecimento dos discursos contra-hegemônicos, que questionavam as políticas neoliberais por não a considerarem alternativa para a crescente miséria mundial, particularmente no caso latino-americano.

O contexto político e econômico da década de 90 é aqui considerado como elemento propulsor para o adendo dos novos temas na agenda internacional de desenvolvimento, como meio-ambiente, direitos humanos, gênero, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e outros, que são incorporados à visão dos programas de promoção do desenvolvimento propostos pelas agências multilaterais.

O Regionalismo Estratégico ou Regionalismo Pós-Liberal

Ocorreu na região latino-americana, no final da década de 90 do século XX, um contexto político muito propício para as mudanças de concepção dos projetos de integração e, como reflexo desse contexto de crítica ao neoliberalismo, a ascensão ao governo de partidos de origem de esquerda a centro-esquerda na América Latina (RIBEIRO, 2011).

Importante ressaltar que esses novos presidentes, que se elegeram por votos populares no final da década de 90 e início de 2000: Venezuela (Hugo Chávez, 1998); Chile (Ricardo Lagos, 1999; Michelle Bachelet, 2006); Brasil (Lula, 2002); Argentina (Nestor Kirchner, 2003); Uruguai (Tabaré Vázquez, 2004); Bolívia (Evo Morales, 2005) e Peru (Alan Garcia, 2006), consolidaram um novo mapa político na região que, longe de ser homogêneo, implementaram mudanças

políticas, sociais e, no caso da Venezuela e Bolívia, também econômicas, bastante diferenciadas das décadas anteriores. Mas, nota-se também a continuidade, de forma geral, da política-econômica neoliberal, por exemplo, continuidade em alguns países, como o Brasil, das privatizações e dos ajustes fiscais (COUTINHO, 2006).

Na América do Sul no final dos anos 90 se observou duas linhas de desenvolvimento que podem ser sintetizadas pelo Brasil e a Venezuela. Enquanto o Brasil desenvolveu uma política econômica de desenvolvimento voltada para a geração de renda e de consumo, resgatando a visão cepalina de desenvolvimento, visando uma integração ao comércio internacional. Enquanto a Venezuela sustentou uma vertente que pode ser considerada próxima da TMD.

Neste período observou-se a consolidação do Brasil enquanto liderança na América do Sul e com uma atuação de grande destaque também na relação com outros países que compõem o bloco dos PED's. Esse projeto político se faz presente tanto nas políticas que visavam a consolidação do Mercosul quanto nas suas políticas de cooperação Sul-Sul. Políticas que levantaram questionamentos sobre os reais interesses do governo brasileiro.

Percebe-se também a apropriação dos discursos dos movimentos sociais, porém com fortes transfigurações, como é o caso da UNASUL, que apesar de ter a simpatia de movimentos sociais sofreu diversos questionamentos sobre a falta de um espaço institucionalizado para o estabelecimento maior diálogo⁴, além de ser considerada por alguns como um elemento dinamizador dos interesses das empresas transnacionais brasileiras na região.

Este fato se tornou visível no caso sul-americano, no questionamento da Argentina das posições adotadas pelo Brasil e as investidas por parte dos governos do Paraguai, Uruguai, Bolívia questionando as empresas transnacionais brasileiras. A nacionalização do gás natural na Bolívia, o conflito por conta da Usina de Itaipu com o Paraguai, dentre outros, são exemplos desse questionamento. Mas, antes de serem motivações de meros conflitos com o Brasil são políticas que retornaram à região com claros traços de nacionalismo e até mesmo de desenvolvimentismo, além de significarem, de certa maneira, um equilíbrio de poder diante a força da liderança brasileira, além de retomarem a discussão histórica sobre quem será ou é o líder na América Latina. Interessante ressaltar que esse equilíbrio de poder ocorreu com dois elementos novos, quais sejam: o declínio, até aquele momento visível, da polarização política Argentina-Brasil e o surgimento de outra polarização política na região: Brasil-Venezuela.

⁴ UNASUL – Declaração da Sociedade Civil.

Outro ponto a ser sinalizado no início do século foi a gigantesca intensificação das relações entre a República Popular da China (RPC) e os países da América Latina, fato este que contribuiu para o crescimento da economia de alguns países da América Latina, mais especificadamente da América do Sul, devido à elevação dos preços dos produtos primários, que compõem uma parte considerável das exportações do Cone Sul (VADELL, 2007 e 2011). Assim, o fato da RPC ter se tornado a principal compradora de produtos primários, aumentou a demanda destes no comércio internacional, contribuindo para elevação dos preços (VADELL, 2011; LAMAS, 2007). Os marcos desta intensificação são o ano de 2001, ano em que a RPC ingressa na Organização Mundial do Comércio (OMC), juntamente com o momento auge de crise do modelo neoliberal na região e de reconfiguração no cenário mundial pós-atentado do 11/09.

Se, por um lado, esse crescimento do comércio, assim como de investimentos chineses, ajudou na recuperação da economia latino-americana, pós-Consenso de Washington, aumentando inclusive o poder de barganha dos países sul-americanos no cenário mundial, por outro, evidenciou o lado obscuro da força desta relação: a China importa produtos com pouco ou nenhum valor agregado dos países da América do Sul, por outro, ela exporta à região sul-americana produtos manufaturados – (CEPAL, 2016).

Almeida (2017) afirma que o comércio estabelecido entre a China e os países da América do Sul segue o padrão Norte-Sul / Centro-Periferia - exportação de industrializados dos países centrais para os países periféricos, enquanto que estes exportam bens primários. Neste sentido Almeida (2017) argumenta que esse quadro tem conduzido a processo de “desindustrialização e reprimarização relativa da economia na América Latina de modo geral”.

Porém, apesar desse quadro de crescente desindustrialização, observa-se que a polarização Brasil-Venezuela impactou fortemente em projetos de desenvolvimento e integração com um grau maior de autonomia do que em períodos anteriores na América Latina e, particularmente, na América do Sul.

Cervo (2013) cita duas características do projeto de América do Sul do Brasil nos governos petistas, particularmente nos governos Lula, projeto esse que veio se desenvolvendo desde o começo da década de 90: (i) centrar no desenvolvimento dos países da região, iniciado pelo fortalecimento da infraestrutura; (ii) aumentar o poder da região para melhor atuar no cenário internacional. Nesta perspectiva, tinha por objetivo a promoção de investimentos na região afim de reduzir assimetrias e o fortalecimento da integração sub-regional tanto nas áreas econômica,

política, social, cultural e de segurança, afim de construir, de fortalecer, uma identidade e unidade sul-americana (CERVO 2013). Essa política de integração regional não se afasta totalmente da vertente comercial e econômica defendida pela OMC e proposta pela CEPAL – Regionalismo Aberto.

A Venezuela, com a ascensão de Hugo Chávez desenvolveu a ideia bolivariana de integração regional, onde o espaço geopolítico de atuação dessa integração abarca a América Latina como um todo, incluindo o México, América Central e países do Caribe (principalmente Cuba). Exclui totalmente uma aliança com os EUA, o qual é identificado como “ameaça externa à nação e à revolução bolivariana” (CERVO, 2013). Defende a construção de uma integração regional anti-capitalista, tendo por princípios alcançar, através do comércio justo, o desenvolvimento justo e sustentável na região; a solidariedade entre os povos; a cooperação, complementariedade econômica e a soberania. Defende o socialismo do século XXI em contraposição ao capitalismo. Em 2001, Hugo Chávez junto com Fidel Castro, criam a ALBA-TCP em contraposição à ALCA. Junto à visão de integração regional venezuelana caminham o Equador, Bolívia, Cuba. Além de estabelecer cooperação com outros países de fora da região a exemplo do Irã e da Rússia.

A proposta da ALBA-TCP se ancora nas ideias de construção de uma única Nação, fazendo referência aos líderes da independência da América Espanhola, sobretudo Simon Bolívar, tal fato fica bastante claro já na Declaração Conjunta da I Cúpula da ALBA (2004), que traz consigo uma apropriação do ideal de construção da Pátria grande na América Latina. Apesar dessa apropriação desses ideais, a ALBA, traz alguns elementos completamente novos: a) não existe precedente na história desta forma de construção de bloco regional; b) ela nasce, exclusivamente, da perspectiva dos povos latino-americanos; c) ela, claramente, se contrapõe às propostas de integração liberal e ao capitalismo; d) a sua formulação engendra uma proposta de uma nova arquitetura regional, que rompe com a visão multilateralista liberal da OMC, neste sentido e) elabora, de forma bastante incipiente organismos que têm por premissa o afastamento das agências multilaterais de comércio e de segurança, como o FMI e o Banco Mundial, OTAN.

Na Declaração Conjunta (2004) ficam claros os princípios norteadores da ALBA (tratamento especial e diferenciado, levando em consideração o nível de desenvolvimento dos países e a dimensão das suas economias; garantia de participação nos benefícios derivados da integração; complementariedade econômica, cooperação, respeito e preservação da soberania). Neste documento é apresentada uma análise do processo histórico de integração na América Latina.

Essa análise afirma que, até aquele momento, as propostas de integração regional colocadas em prática na região não são capazes de promover o desenvolvimento independente, sustentável ancorado na complementariedade econômica. Ao contrário, promovem a dispersão, aprofundam a “desnacionalização das economias”, “a dependência e a dominação”. No citado documento é reconhecida a importância de uma maior integração, em um momento em que cresce o comércio entre blocos, porém, sinaliza que apenas uma integração que preserve a “independência, soberania e identidade” dos países da América Latina pode ser considerada uma verdadeira integração latino-americana (declaração Conjunta 2004).

Já a Argentina, com a ascensão dos Kirchner, se afastou dos EUA e da Espanha, “abandonou o modelo neoliberal de inserção global” (CERVO, 2013), aprofundou sua “vocaçao industrial”, se aproxima da América do Sul, incentivando a integração regional desde que não atrapalhe sua visão desenvolvimento industrial (CERVO 2013).

Ao passo que o México, o Chile, a Colômbia e o Peru mantiveram a opção pela integração voltada para a vertente comercial, com fortes características “liberal e primário exportador”, cuja base são os TLC’s. Parceria com o Brasil e a América do Norte (CERVO, 2013). Além da proposta do Fórum do Arco do Pacífico⁵, que tem características semelhantes ao Regionalismo aberto, neste sentido está ancorado nas políticas neoliberais, mas têm por foco se constituir em um espaço oficial de negociação com os países asiáticos, particularmente a RPC, além de se coloca amplamente contrário à ALBA-TCP (BRICEÑO RUIZ, 2010).

De acordo com Coutinho (2006) ocorreu na América do Sul, entre os anos de 1999 e 2006, o “esgotamento do modelo liberal” de desenvolvimento, entretanto houve “a manutenção de velhos problemas, incluindo a questão fiscal e o desafio da inserção no mundo globalizado”. Logo, as reformas neoliberais continuaram a fazer parte das políticas econômicas da maioria dos países da latino-americanos (COUTINHO, 2006), assim como a concepção liberal e hegemônica de inserção no comércio internacional. Cervo (2013) ressalta que, apesar da preocupação com a inclusão social e o estabelecimento de políticas sociais voltadas para este fim, “as diferenças entre os países são reais e induzem distintos modos de conceber o desenvolvimento e a inserção internacional”,

⁵ Em 2012 o Peru delinea a proposta de criação da Aliança do Pacífico, um bloco mais inclinado às políticas de abertura econômica com o foco nos investimentos oriundos dos países da Ásia, particularmente da RPC. A proposta se concentra na criação de uma zona de livre comércio dos países latino-americanos, logo amplamente ancorada no comércio, ao contrário da ALBA, voltando assim a visão de integração típica da década de 90, o regionalismo aberto – formulado pela CEPAL da década de 80.

implicando assim na disputa de concepção de integração regional a ser estabelecida na região.

Neste processo de disputa ganhou corpo uma nova concepção de integração regional, chamada de regionalismo pós-liberal ou regionalismo estratégico o qual tem entre suas características uma visão de desenvolvimento alternativa à visão hegemônica: a abertura ao mercado é gradual e seletiva, o Estado volta a ter centralidade na condução da política econômica, assume a preocupação com os problemas sociais, preocupação com a distribuição de renda e elaboração de políticas sociais, forte protagonismo dos movimentos sociais e populares; defesa do desenvolvimento nacional sustentável, com definição de temas estratégicos como: a integração energética, a preocupação com o meio ambiente e a incorporação da soberania alimentar, trazendo para o centro do debate a discussão sobre agricultura familiar, economia social e solidária; aumento da capacidade de negociação no cenário internacional (ALEJO e CORONADO, 2013). Ressaltamos que, com a introdução de novos temas, agendas e a participação de novos atores sociais, ocorre um afastamento da conotação puramente comercial e econômica de integração regional trazendo consigo o conceito de soberania que passa a ser base para a elaboração das políticas, dos programas e das ações econômicas.

Alejo e Coronado (2013) dividem a integração pós-neoliberal em dois grupos: um formado pela UNASUL, MERCOSUL e Comunidade Andina de Nações (CAN), com características comunitária, hegemônica pela esquerda e centro esquerda. Os autores chamam a atenção a UNASUL, por conta das mudanças políticas ocorridas em alguns países, tem sofrido um direcionamento de integração para próximo do neoliberalismo. O segundo grupo de integração pós-neoliberal estratégica tem características contra hegemônica “y de coalición popular,” neste grupo encontra-se a ALBA-TCP.

García (2013) caracteriza o que chama de novo regionalismo estratégico na América Latina e Caribe por três componentes: a) ênfase nos elementos do velho regionalismo estratégico, como “la creación de empresas estratégicas, productos y sectores, y las alianzas comerciales e industriales” todas vinculadas ao Estado que volta a ganhar centralidade; b) enfatiza elementos que vão além do âmbito comercial de integração, trazendo questões como saúde, educação, cultura e ambientais, propostos por acordos cujo protagonismo pertence a atores estatais e não estatais; c) articulação das políticas econômicas com o conceito de soberania e autonomia.

Observações não conclusivas

O discurso do Desenvolvimento, desde a sua origem sofreu mudanças - apesar de ter

permanecido ligado às ideias políticas dos países dominantes - e a sua análise necessariamente remete às relações de poder estabelecidas na esfera internacional, refletindo as mudanças nesta esfera, mas também as relações de poder interna aos Estados. Samir Amin (2005) fala de uma cultura política diferenciada produzida pela “interação entre dinâmica interna [de ajuste ou de confronto] e de dinâmica global [do capitalismo global]” (AMIN, 2005). Segundo o autor, deve-se ter cuidado para não cair no erro de negligenciar as dinâmicas internas, assim o autor afirma que “[...] as guinadas de percurso produzidas pelas transformações internas” podem ter uma ação “para melhor, renovando as capacidades autônomas de agir de uma sociedade, ou para pior, mergulhando-a na regressão” (AMIR, 2005). Porém, o autor afirma que da mesma forma que se deve ter o cuidado para não ignorar a dinâmica local [na constituição das relações sociais em uma teoria do Estado], deve-se também ter o cuidado de não cair na armadilha de negligenciar o sistema global. Devendo-se buscar, nas análises, a articulação entre as dinâmicas Local-Global, onde o desafio é não privilegiar nem subestimar de forma demasiada uma ou outra. Dessa forma, o autor procura demonstrar a importância das análises que se centram no estudo também das dinâmicas locais, como ações importantes que fundamentam as políticas externas dos Estados. Segundo o autor, essa opção é própria “dos que propõem não somente tentar conhecer melhor a realidade, mas ainda agir para transformá-la” (AMIN, 2005). Essa análise de Samir Amin é importante para a compreensão do discurso da crítica ao desenvolvimento, pois esta passa necessariamente pela análise da interação das dinâmicas Local e Global que possibilitam a sedimentação, a desconstrução e reconstrução dos discursos e das práticas sobre o desenvolvimento.

Nesta dinâmica, os diferentes discursos sobre o Desenvolvimento, passando tanto pela afirmação quanto pela negação, assumiram uma especificidade hegemônica que se reflete tanto nas ações estratégicas das instituições internacionais de desenvolvimento quanto nos discursos críticos do desenvolvimento. Mais do que uma mera construção teórica econômica, ou social, ou cultural ou ainda que tenha por base essas três vertentes, o desenvolvimento é um conceito cujo discurso carrega uma forte carga ideológica. Robert Cox (1996), crítico da visão realista de pensar as relações internacionais, analisando a questão da neutralidade teórica afirma, partindo da concepção marxista de ideologia, que as teorias não são neutras, sempre têm uma perspectiva e sempre partem de uma realidade histórica, social e política. O autor traz a noção de ideologia para dizer que as teorias são definidas em termos de interesse de classe social. Assim ocorre com a teoria do Desenvolvimento, cujo texto das Nações Unidas (1951), expressa a forte carga ideológica da época

e serve para exemplificar a disputa bilateral de poder do período de Guerra Fria (ESCOBAR, 1998).

No período mais recente da América Latina, a vitória de partidos de origem de esquerda a centro-esquerda consolidou um novo mapa político latino-americano, que, longe de ser homogêneo, se destaca por estabelecer na região um equilíbrio de poder, talvez, jamais visto anteriormente, às políticas dos EUA. Também se desenvolve cada vez mais na região um sentido ou sentimento latino-americano. Cujas bases são projetos político-econômicos que passam a pensar - através da apropriação de discursos de líderes históricos [caso de Simón Bolívar, José Martí e outros], da incorporação dos discursos dos povos originários e tradicionais e dos novos movimentos sociais e populares - a possibilidade de discutir a região, como um todo, mas sem negar as particularidades, de forma estratégica, alternativa à política estadunidense e da União Europeia. A exemplo da ALBA.

O cenário apresentando anteriormente reflete nas discussões sobre qual política de desenvolvimento a América Latina deve seguir. Essas propostas de desenvolvimento impactaram as concepções de integração regional, possibilitando a construção de propostas alternativas à concepção hegemônica pelos EUA na região. O discurso não se restringia apenas à integração econômica, mas também de integração política, social e cultural. Esse trabalho defende que essa mudança no quadro político da América Latina impacta fortemente as propostas alternativas de integração regional.

Referencias Bibliográficas

ALEJO, A. F.; CORONADO, J. P. La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC); integración 'postneoliberal', neoliberal ortodoxa y contrahegemónica. IN: Flores, C. S.; Martins, C. E. (Coordinadores). Nuevos escenarios para la integración en América Latina. Clacso. Santiago de Chile, septiembre 2013, p.187-214.

ALMEIDA, Jorge. A presença Chinesa na América Latina. In: IX Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política – ALACIP, 2017, Montevideo.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; CHALOULT, Yves. Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 42, n.º 2, p. 145-160, Dec.1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 oct. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000200008>.

AMIN, Samir. O Imperialismo, Passado e Presente. In: Tempo (RJ), n. 18, 2005, pp. 77-123.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P., SADER, E (orgs.). Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Ed.: Paz e Terra, 7.º edição. Cap. 1, p. 9-23.

BADO, A.L. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. Revista de economia e relações internacionais, v. 3. n. 5, p. 5-20, jul 2004.

BELLUZZO, L. G. M.. Restruturação Capitalista. Folha de São paulo, 01 ago. 1998.

BIELSCHOWSKY R. (org.). 1998. Evolución de las ideas de la CEPAL. Revista de la CEPAL, nº Numero Extraordinario, octubre de 1998. <http://www.eclac.cl/publicaciones/SecretariaEjecutiva/7/LCG2037PE/bielchow.htm>. Última visita em 25 set. 2009.

BIELSCHOWSKY, R.. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL ? uma resenha. In: Ricardo Bielschowsky. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. 1ed.Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 1, p. 13-68.

BIELSCHOWSKY R. 2009. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo, in Revista CEPAL Nº 97, p173-194.

Dicionário de Política. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G; tradução Carmem C. Varriale...[et al]. 6.ª Ed. Brasília, DF; Editora Universidade de Brasília, 2003.

BRAGA, Márcio Bobik. Raul Prebisch e o livre comércio: as origens do pensamento econômico estruturalista. Cadernos PROLAM/USP, v. II, p. 76-99, 2008.

BRAGA, Márcio Bobik. Integração Econômica Regional na América Latina: Uma interpretação das Contribuições da CEPAL.. Cadernos PROLAM/USP, v. 1, n.01, p. 9-30, 2002.

BRICEÑO RUIZ, J. 2010. La Iniciativa del Arco del Pacífico Latinoamericano: un nuevo actor en el escenario de la Integración Regional. Nueva Sociedad, n. 228, p. 44-59, jul.-ago. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3705_1.pdf. Acesso em: 20/112017.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova cepal dentro do Consenso de Washington. Anais do XI Encontro de Economia Política, Vitória, 2006.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: oportunidades e desafíos. CEPAL. Chile, 2016.

CEPAL. O Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: Ricardo Bielschowsky. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. 1ed.Rio de Janeiro: Record, 2000a, v. 2, p. 937-958.

CEPAL. América Latina e Caribe: políticas para melhorar a inserção na economia mundial. In: Ricardo Bielschowsky. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. 1ed.Rio de Janeiro: Record, 2000b, v. 2, p. 959-971.

CERVO, A. L. Relações Internacionais da América Latina. De 1930 aos Nossos Dias. Edição: 3a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. Rev. Sociol. Polit., Nov 2006, no.27, p.107-123. ISSN 0104-4478.

COX, Robert W.; SINCLAIR, T. J. 1996. Approaches to World Order. Cambridge: Cambridge University Press (Capítulo 6: Social forces, states, and world order, pp. 60-84).

Declaración conjunta Venezuela–Cuba. I Cumbre 14-12-04. <http://www.portaalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1221-2004-12-14-i-cumbre-la-habana-cuba-declaracion-conjunta-venezuela-cuba>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ESCOBAR, A. “Introducción. El desarrollo y antropología de la modernidad” e “Conclusión: visualización de una era posdesarrollo”. In: La invención del Tercer Mundo. 1998. Acessado em: <http://www.unc.edu/~aescobar/html/texts.htm>. Última visita em 26 set. 2009.

FIORI, J. L. O Consenso de Washington. Palestra. Local: Local: Centro Cultural Banco do Brasil. Em: 04 de setembro de 1996

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3.ª edição, 1974.

GARCÍA, A. M. El nuevo regionalismo estratégico en el ALBA-TCP: Alternativas a las crisis alimentaria y energética. IN: Flores, C. S.; Martins, C. E. (Coordinadores). Nuevos escenarios para la integración en América Latina. Clacso. Santiago de Chile, septiembre 2013, p. 241-272.

GUTIÉRREZ, Alejandro, Globalización y regionalismo abierto Aldea Mundo [en línea] 2000, 4 (noviembre-abril) : [Fecha de consulta: 6 de marzo de 2016] Disponible en:<<http://redalyc.org/articulo.oa?id=54300806>> ISSN 1316-6727

IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, O. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.ª edição, 1988.

IANNI, O. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5.ª edição, 1998.

IANNI, O. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. In: BOLAÑO, C. R. S. (Org.). Globalização e Regionalização das Comunicações. São Paulo: Editora UFS, 1999. P. 29-50.

LAMAS, B. 2007. China: anjo e demônio para a América do Sul. Observador On-Line, v. 2, n. 5, p. 2-18, abr.

MARINI, R.M. América Latina: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARINI, R.M. Dialética da Dependência, 1973. In: Stédile, J.P.; TRASPADINI, R. (Orgs.). Rui Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, P.137-180.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado Teoria do comércio internacional: correntes e debates. Revista de Economia & Relações Internacionais, v. 5, p. 80-97, 2007.

PINTO, Eduardo Hugo Meza. A Estratégia de Integração Econômica Regional na América Latina: o Caso da Comunidade Andina. 2006. Tese (Doutorado Programa de Integração da América Latina) Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Andréa. Complementariedade, cooperação e Soberania: Um estudo comparativo da ALBA e da UNASUL. 2016. 108p. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciência Política - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.2

RIBEIRO, Andréa. Críticas ao discurso do desenvolvimento e a construção da Integração Regional Outra - Em busca da Abya Yala.. In: II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder - I GEOSIMPÓSIO e I Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços - I GEOTRANS., 2011, Foz do Iguaçu. Anais do II GEOSIMPÓSIO e I GEOTRANS.. Curitiba, 2011. v. 01.

RIBEIRO, Andréa. “Relatório - Impressões Iniciais - Projetos de Integração Regional em Curso na América Latina: Estudo dos documentos principais da ALBA, UNASUL e das resoluções da Cúpula dos Povos”. TCC apresentado ao Curso de Especialização em Relações Internacionais, 2009, ADM/UFBA.

SILVA NETO, J. G.. O Lugar da Teoria do Desenvolvimento Econômico na América Latina do Pós-guerra. In: XIX Encontro Regional da Seção São Paulo da ANPUH, 2008, São Paulo. Anais do XIX Encontro Regional da Seção São Paulo da ANPUH, 2008.

SINGER, Paul. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. São Paulo em Perspectiva, 12(2) 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro – Ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 6.^a edição, 1977.

UNASUL –Declaração da Sociedade Civil. Site: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos-e-manifestos/unasul-declaracao-da-sociedade-civil>. Acessado em : 15/03/09.

VADELL, Javier.. 2007. As implicações políticas da Relação China-América do Sul no século XXI. Cena Internacional, Brasília, v. 9, n. 2, p. 194-214.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. Rev. Sociol. Política, Curitiba, v. 19, p.57-79, nov. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Doi: [dx.doi.org/10.1590/s0104-44782011000400006](https://doi.org/10.1590/s0104-44782011000400006).